# CONTABILIDADE PÚBLICA E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

## INFORMAÇÕES GERAIS

### APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação em Contabilidade Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal visa refletir sobre o papel da Ciência e da Tecnologia na sociedade requer não apenas um novo olhar sobre a Contabilidade Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, sobretudo, instrumentalizar das variadas ferramentas, hoje acessíveis e disponíveis. Buscam-se com esse curso, abordar os conteúdos de Contabilidade Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal, utilizando métodos inovadores que possam auxiliar os alunos no desenvolvimento crítico e reflexivo que envolve os saberes dessa área.

### OBJETIVO

Levar conhecimentos teórico-práticos para a operação de funções administrativas, gestão de recursos públicos, ampliação de conhecimento dos aspectos contábeis, legais e éticos, processos pertinentes à administração pública, além de desenvolvimento e qualificação profissional.

### METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

| Código | Disciplina | Carga Horária |
|---|---|---|
| 74 | Ética Profissional | 30 |

### APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

### OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana  Ética profissional.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

**REFERÊNCIA BÁSICA**

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

**PERIÓDICOS**

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

| | | |
|---|---|---|
| **75** | **Pesquisa e Educação a Distância** | **30** |

**APRESENTAÇÃO**

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e

Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

**OBJETIVO GERAL**

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

**REFERÊNCIA BÁSICA**

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

**PERIÓDICOS**

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

| 341 | Teoria da Administração Pública | 30 |
|---|---|---|

**APRESENTAÇÃO**

Introdução ao estudo da Administração Pública: noções básicas. Entendendo a Administração Pública. Governabilidade e governança. Tópicos da administração. Conceito de gestão.

**OBJETIVO GERAL**

• Contribuir para o estudo da importância histórica da administração pública.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

• Entender a administração pública; • Discriminar administração pública direta de administração pública indireta; • Posicionar sobre a eficácia, eficiência e efetividade na administração pública.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

ADMINISTRAÇÃO CONCEITO SURGIMENTO IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA O ESTADO ELEMENTOS DO ESTADO OS REGIMES DE GOVERNO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONCEITO FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PLANEJAMENTO ORGANIZAÇÃO DIREÇÃO CONTROLE DIVISÃO PARA EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CLASSIFICAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ÓRGÃOS PÚBLICOS AGENTES PÚBLICOS AGENTES POLÍTICOS PARTICULARES SERVIDORES PÚBLICOS PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODER VINCULADO E PODER DISCRICIONÁRIO PODER HIERÁRQUICO PODER NORMATIVO OU REGULAMENTAR PODER DISCIPLINAR PODER DE POLICIA EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**REFERÊNCIA BÁSICA**

BACHTOLD, Ciro. Noções de Administração Pública. Cuiabá: Edufmt; Curitiba, UFPP, 2008. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. 7 ed. Revista e _____, Idalberto. Administração: Teoria, Processo e Prática. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier; Anhanguera, 2010. CRETELLA, José Junior. Tratado de Direito Administrativo e Teoria do Ato Administrativo. V. II. Ed Forense. 2º Ed 2002. DI PETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 20º Ed., Atlas, São Paulo, 2007. MADEIRA, José Maria Pinheiro. Administração Pública, Tomo I, 11 ed. Atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Introdução à Administração. 6ed. São Paulo: Atlas, 2004 . MEIRELES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: RT; 1985 . SANTOS, Clézio Saldanha dos. Introdução a Gestão Pública. São Paulo: Saraiva, 2006.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Curso de Direito Administrativo. 26. ed. Ver. E atual. Até a ementa contitucional 57, de 5.7.2008. São Paulo. Malheiros, 2009. BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil.1988. FAYOL, Henry. Administração Industrial e Geral. 9 ed. São Paulo; Atlas, 1991. GAS PARINI, Diogenes. Curso de Direito Administrativo. Ed. Saraiva. 2007. SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: Um Enfoque Administrativo. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

**PERIÓDICOS**

KEINERT, T. M.M. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-1992). Revista de Administração de Empresas. V. 34, n. 3: 41-48, 1994.

| | | |
|---|---|---|
| **339** | **LEI de Responsabilidade Fiscal Comentada** | **45** |

**APRESENTAÇÃO**

Disposições Preliminares. Conceitos Importantes. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Previsão de Arrecadação. Receitas. Geração de Despesas. Transparência.

**OBJETIVO GERAL**

• Reconhecer a importância do estudo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

• Estudar a Lei Orçamentária Anual (LOA); • Conhecer, estudar e analisar os pilares da LDF; • Avaliar a importância da transparência na gestão fiscal

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

CARACTERÍSTICAS GERAIS ORIGENS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO PLANO PLURIANUAL (PPA) LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E SEUS ANEXOS LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA). A PRINCIPAL MISSÃO DA LRF RECEITAS PÚBLICAS PREVISÃO E ARRECADAÇÃO DA RECEITA METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO RENUNCIA DE RECEITA A LRF E A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DESPESA PÚBLICA PILARES DA LRF LIMITES DE GASTOS COM PESSOAL LIMITES PARA O ENDIVIDAMENTO DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA O SETOR PRIVADO GESTÃO PATRIMONIAL DISPONIBILIDADE DE CAIXA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO EMPRESAS CONTROLADAS PELO PODER PÚBLICO TRANSPARÊNCIA TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO FISCAL RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) E RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF) RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF PRESTAÇÃO DE CONTAS FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL

**REFERÊNCIA BÁSICA**

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988. CRUZ, Flávio; VICCARI Jr., Adauto; GLOCK, José Osvaldo et al. Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2006. GIAMBIAGI, Fabio. Finanças públicas. 3. ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública: teoria e prática. 7. ed., São Paulo: Atlas, 1999.1 MACHADO, José Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. A Lei 4.320 comentada: com a introdução de comentários à lei de responsabilidade fiscal. Rio de Janeiro. IBAM, 2000/2001. NASCIMENTO, Leonardo Silveira; CHERMAN, Bernado Creimer. Tópicos contemporâneos de Contabilidade Pública: Incluindo Lei de Responsabilidade Fiscal e exercícios resolvidos de concursos. VEMCONCURSOS. 2005.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade na gestão municipal: métodos com base na LC nº. 101/00 e nas classificações Contábeis advindas da SOF e STN. São Paulo: Atlas, 2007. ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. Contabilidade pública: da teoria a prática. São Paulo: Saraiva, 2006. AZEVEDO, Maria Thereza Lopes de. LIMA, Manuel Messias Pereira de. LIMA, Ana Luiza Pereira de. Introdução à contabilidade pública. Rio de Janeiro. Freitas Bastos, 2004. OLIVEIRA, Carlos Fernandes de; COSTA, José Andrade. et. e al. Parâmetros para uma gestão fiscal responsável. SEFAZ - Governo da Bahia. 2000. REZENDE. F. Finanças Públicas – 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2001. VIGNOLI, F. H.; FUNCIA, F. R. Planejamento e orçamento público. Série Gestão Pública. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

**PERIÓDICOS**

LUQUE, Carlos Antonio; SILVA, Vera Martins da. A Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal: Combatendo Falhas de Governo à Brasileira. Revista de Economia Política, vol. 24, nº. 3 (95), julho-setembro/2004, p. 404-421

| | | |
|---|---|---|
| **76** | **Metodologia do Ensino Superior** | **60** |

**APRESENTAÇÃO**

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

**OBJETIVO GERAL**

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

**REFERÊNCIA BÁSICA**

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

**PERIÓDICOS**

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

**APRESENTAÇÃO**

Aspectos legais sobre a Execução Orçamentária e Financeira. Documentos utilizados. Receita Pública. Despesa, Pública. Dívida Ativa. Dívida Passiva. Transferências Governamentais Voluntárias.

**OBJETIVO GERAL**

• Estudar os aspectos legais sobre a Execução Orçamentária e Financeira.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

• Reconhecer a importâncias das práticas contábeis na administração pública; • Verificar e analisar a classificação da despesa orçamentária; • Comparar a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS EVOLUÇÃO HISTÓRICA REFORMAS ADMINISTATIVAS NO BRASIL DIREITO, GOVERNO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PÚBLICAS DIREITO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIREITO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO DIREITO TRIBUTÁRIO ORÇAMENTO PÚBLICO EVOLUÇÃO HISTÓRICA CONCEITO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PLANO PLURIANUAL (PPA) LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) Princípios Orçamentários Unidade Universalidade e orçamento bruto Anualidade ou periodicidade Legalidade Exclusividade Especificação, discriminação ou especialização Publicidade Equilíbrio Não-afetação ou não-vinculação das receitas Programação PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS CICLO ORÇAMENTÁRIO CRÉDITOS ADICIONAIS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DA DESPESA RECEITA E DESPESA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RECEITA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RECEITA ORÇAMENTÁRIA OU RECEITA PÚBLICA RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA IMPACTO DA RECEITA PÚBLICA NO PATRIMÔNIO DA ENTIDADE ESTÁGIOS DA RECEITA DESPESA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DESPESA ORÇAMENTÁRIA DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA Pagamento de compromissos financeiros Inscrição de créditos financeiros (realizável ou créditos em circulação) Anulação da receita orçamentária CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA Classificação institucional Classificação Funcional Estrutura programática Classificação quanto à natureza da despesa FASES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA PRÁTICAS CONTÁBEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTABILIDADE PÚBLICA E ELABORAÇÃO DE BALANÇOS BALANÇO ORÇAMENTÁRIO BALANÇO FINANCEIRO

**REFERÊNCIA BÁSICA**

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos et al. O essencial da contabilidade pública: teoria e exercícios de concursos públicos resolvidos. São Paulo: Saraiva, 2009. BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e questões. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria e controle interno na administração pública: evolução do controle interno no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008. _____; de CASTRO, Leice Maria Garcia. Contabilidade Pública no Governo Federal. 2ª. ed. São Paulo : Atlas, 2008. GIACOMI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2005. GOMES, Ana Paula de Oliveira. Elementos de auditoria governamental. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

FIGUEIRÊDO, Carlos Maurício Cabral; NÓBREGA, Marcos Antonio Rios da. Lei de Responsabilidade Fiscal. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. JUND, Sérgio. AFO – Administração Financeira e Orçamentária. 4ª. ed. Rio de Janeiro : Elsevier, 2009. KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 5ª. ed. São Paulo : Atlas, 1996.

_____. Balanços públicos: teoria e prática. 2ª. ed. São Paulo : Atlas, 2000. SLOMSKI, Valmor. Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal: de acordo com a lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: Atlas, 2001.

**PERIÓDICOS**

PICCOLI, M. R.; KLANN, R. C. A percepção dos contadores públicos em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Revista do Serviço Público, v. 66, n. 3, p. 425-448, 2015.

| 335 | Controle Interno e Externo da Gestão Pública | 45 |
|---|---|---|

**APRESENTAÇÃO**

Sistema de Controle Interno; Gestão Fiscal. Gasto com pessoal; Prestação de Contas. Fiscalização de Controle Fiscal.

**OBJETIVO GERAL**

• Estudar o Controle Interno, gestão fiscal bem como as legislações pertinentes, demonstrando a sua importância como ferramenta de auxílio ao administrador.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

• Conhecer e definir os conceitos da administração pública; • Compreender as finalidades dos princípios constitucionais da administração pública; • Reconhecer a finalidade e relevância dos processos administrativos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEFINIÇÃO E CONCEITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BREVE HISTÓRICO E VISÃO COMPARADA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PRINCÍPIO DA LEGALIDADE PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE PRINCÍPIOS DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRINCÍPIODA PUBLICIDADE EFICIÊNCIA SEGURANÇA JURÍDICA MOTIVAÇÃO AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO INTERESSE PÚBLICO OU SEGURANÇA DO INTERESSE PÚBLICO CONTROLE INTERNO E EXTERNO CONCEITOS DE CONTROLE MORALIDADE E CONTROLE CONTROLE INTERNO CONTROLE EXTERNO CONTROLE EXTERNO E SUA EVOLUÇÃO CONTROLE PARLAMENTAR OS SISTEMAS DE CONTROLE EXTERNO CONTROLE EXTERNO NO BRASIL FUNÇÕES DO CONTROLE EXTERNO A ADMINISTRAÇÃO, CONTROLE E ATUAÇÃO LICITAÇÃO: CONCEITO E PRESSUPOSTOS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL ABORDAGEM METODOLÓGICA. FINALIDADES DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTROLE NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL ORÇAMENTO PÚBLICO BRASILEIRO: CONTROLE EXTERNO AS CRISES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FINALIDADE E RELEVÂNCIA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS AS EXPECTATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

**REFERÊNCIA BÁSICA**

ANGÉLICO, João, Contabilidade pública. 8.ed. São Paulo: Altas, 1995. ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007. BEHRING, Elaine Rosetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003. BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. O controle social da educação básica pública: A atuação dos conselheiros do Fundeb. 2011. MOREIRA, EgonBockmann. Processo Administrativo. Princípios Constitucionais e a Lei 9.784/1999. São Paulo: Malheiros, 2003.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. A auditoria governamental como instrumento de promoção da transparência. Jus Navigandi, Teresina, 2011. ESPÍNDOLA, Ruy Samuel. Conceito de Princípios Constitucionais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. LUNKES, Rogério João. Controle de gestão: Estratégico, tático, operacional, interno e de risco. São Paulo: Atlas, 2010. MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Cengage Learning, 2006. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.MOREIRA, EgonBockmann. Processo Administrativo: princípios constitucionais e a lei 9.784/99. 2ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003. OLIVIERI, Cecília. A lógica política do Controle Interno: O monitoramento das políticas públicas no presidencialismo brasileiro. São Paulo: Annablume, 2010. PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: Limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

**PERIÓDICOS**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%E7ao_Compilado.htm. Acesso em 05 de agosto de 2018.

| 337 | Finanças Públicas | 45 |
|---|---|---|

**APRESENTAÇÃO**

Avaliação do Investimento Público. Redistribuição de Renda. Incidência de Impostos e Gastos Públicos.

**OBJETIVO GERAL**

• Aprofundar seus conhecimentos sobre a teoria das finanças públicas.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

• Evidenciar a importância do estudo das fundamentações teóricas na economia do Estado; • Estudar sobre o impacto de cada tipo de imposto sobre o consumidor e a indústria; • Estabelecer relação entre governança e governabilidade

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

INTRODUÇÃO A TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS QUE SÃO FINANÇAS PÚBLICAS? GOVERNO E FALHAS DE MERCADO Imperfeições na Concorrência Mercados Incompletos Assimetria de Informações Externalidades Existência de Bens Públicos FUNÇÕES DO GOVERNO FUNÇÃO ALOCATIVA FUNÇÃO DISTRIBUTIVA FUNÇÃO ESTABILIZADORA FINANCIAMENTO DO GASTO PÚBLICO – TRIBUTAÇÃO PRINCÍPIOS TEÓRICOS DE TRIBUTAÇÃO NEUTRALIDADE SIMPLICIDADE TRANSPARÊNCIA EQUIDADE Critério de Benefício Critério da Capacidade de Pagamento ESPÉCIES DE TRIBUTOS IMPOSTOS TAXAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA TIPOS DE TRIBUTOS TRIBUTOS SOBRE A RIQUEZA TRIBUTOS SOBRE A RENDA TRIBUTOS SOBRE AS TRANSAÇÕES TRIBUTOS DIRETOS TRIBUTOS INDIRETOS TRIBUTOS PROPORCIONAIS TRIBUTOS PROGRESSIVOS TRIBUTOS REGRESSIVOS CARGA FISCAL CARGA FISCAL PROGRESSIVA, REGRESSIVA, NEUTRA CURVA DE LAFFER CURVA DE LAFFER IMPACTO DE CADA TIPO DE IMPOSTO SOBRE O CONSUMIDOR E A INDÚSTRIA ELASTICIDADE-PREÇO EFEITOS DE UM IMPOSTO SOBRE O CONSUMIDOR IMPOSTOS ESPECÍFICOS IMPOSTO AD VALOREM INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA SOBRE A INDÚSTRIA MERCADO EM CONCORRÊNCIA PERFEITA Imposto per capta Imposto sobre lucro Imposto específicos sobre vendas MONOPÓLIO Imposto per capta e o imposto sobre lucros Imposto específico sobre vendas CONTAS PÚBLICAS CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA PÚBLICA QUANTO A ORIGEM QUANTO A NATUREZA QUANTO A REPERCUSSÃO PATRIMONIAL QUANTO A REGULARIDADE QUANTO A FORMA DE REALIZAÇÃO QUANTO A CATEGORIA ECONÔMICA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA QUANTO A NATUREZA QUANTO A CATEGORIA ECONÔMICA QUANTO A REPERCUSSÃO PATRIMONIAL DÉFICIT E DÍVIDA PÚBLICA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS TIPOS DE AVALIAÇÃO AVALIAÇÃO QUANTO AO AGENTE AVALIAÇÃO QUANTO A

NATUREZA AVALIAÇÃO QUANTO AO MOMENTO DE REALIZAÇÃO AVALIAÇÃO QUANTO AO TIPO DE PROBLEMA GOVERNANÇA E GOVERNABILIDADE

**REFERÊNCIA BÁSICA**

BALEEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças. Atualização de Djalma de Campos. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003. ____. Uma introdução à ciência das finanças. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. GIAMBIAGI, F. e Alem, A.C. Finanças Públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. REZENDE, F. Finanças Públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. RIANI, F. Economia do Setor Público. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

CRUZ, Flávio da (Org.) et al. Lei de responsabilidade fiscal comentada. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004. DEODATO, Alberto. Manual de ciência das finanças. 13 ed., São Paulo: Saraiva, 1973. ____. Manual de ciência das finanças. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1971. TORRES, R. L. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. VASCONCELLOS, Marcos Antonio S. de. Economia micro e macro: teoria e exercícios, glossário com os 260 principais conceitos econômicos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

**PERIÓDICOS**

PEREIRA, Luiz Carlos B. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Caderno Maré de Reforma do Estado, Brasília: MARE, 1997.

| 77 | Metodologia do Trabalho Científico | 60 |
|---|---|---|

**APRESENTAÇÃO**

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

**OBJETIVO GERAL**

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO

CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

**REFERÊNCIA BÁSICA**

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

**PERIÓDICOS**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

| 336 | Direito Administrativo | 30 |
|---|---|---|

**APRESENTAÇÃO**

Conceito. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de economia mista. Empresas públicas.

**OBJETIVO GERAL**

• Delimitar funções e organizar as ideias governamentais com o objetivo assegurar os direitos consequentes da referida relação, garantindo assim, os interesses de forma geral da coletividade, chamados hoje de interesse público.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

• Sintetizar um conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado; • Regular a conduta do Estado de acordo com as disposições legais, dentro do espírito protetor do cidadão contra descomedimentos dos detentores do exercício do Poder Público; • Reconhecer a necessidade de estudar e posicionar-se sobre a organização da administração pública.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO CONCEITO OBJETO FONTES LEI JURISPRUDÊNCIA DOUTRINA COSTUMES SISTEMA ADMINISTRATIVO REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INTRODUÇÃO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA ÓRGÃOS PÚBLICOS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA AUTARQUIAS EMPRESAS PÚBLICAS SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA FUNDAÇÕES PÚBLICAS QUADRO RESUMO DAS ENTIDADES QUE COMPOEM A ADMINISTRAÇÃO INDIRETA ENTIDADES PARAESTATAIS SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO ENTIDADES DE APOIO QUADRO RESUMO DAS ENTIDADES QUE COMPÕEM AS ENTIDADES PARAESTATAIS AGÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AGÊNCIAS EXECUTIVAS AGENCIAS REGULADORAS PODER NORMATIVO QUADRO RESUMO DAS AGENCIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**REFERÊNCIA BÁSICA**

BRASIL, Constituição Federal de 1988. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 24.ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2011. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2009 GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 13.ed. Saraiva, 2008 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2008. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2010. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2009. NOHARA, Irene Patrícia. Direito Administrativo. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014

**PERIÓDICOS**

BRASIL. Lei 9790 de 23 de março de 1999. Disponível em: . Acessado em 31/08/2012. Decreto Federal nº 200 de 29 de fevereiro de 1967. Disponível em: . Acessado em 31/08/2012.

| 338 | Gestão Participativa e Planejamento Orçamentário | 45 |
|---|---|---|

**APRESENTAÇÃO**

A importância da Contabilidade Gerencial. Gestores. Funções. Principais Ferramentas. Orçamento Público: Conceito. Objetivo. Planejamento. Previsão. Execução. Controle.

**OBJETIVO GERAL**

• Debater, aprofundar e posicionar-se sobre a gestão participativa e o planejamento orçamentário.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

• Demonstrando com clareza no que tange à utilização do planejamento orçamentário, considerando o beneficio de amparar os gestores; • Compreender e estabelecer relação entre orçamento público e a Constituição Brasileira; • Avaliar a responsabilidade dos conselhos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

GESTÃO PARTICIPATIVA GESTÃO PARTICIPATIVA BRASILEIRA MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SUFRÁGIO UNIVERSAL PLEBISCITO REFERENDO INICIATIVA POPULAR INICIATIVA POPULAR: DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 À LEI Nº 9709 INICIATIVA DE LEIS E PROCESSO LEGISLATIVO INICIATIVA POPULAR E SEUS REQUISITOS CONSELHOS MUNICIPAIS RESPONSABILIDADES DOS CONSELHOS CONSELHO POPULARES PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTO PÚBLICO CONCEITO DIMENSÕES ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ORÇAMENTO EMPRESARIAL PRINCÍPIO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTO PÚBLICO E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA LEIS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PPA – PLANO PLURIANUAL LDO - LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PROCESSO LEGISLATIVO CICLO ORÇAMENTÁRIO ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CONTROLE RESPONSABILIDADES DOS CONSELHOS

**REFERÊNCIA BÁSICA**

ABRAHAM, Marcus. Curso de direito financeiro brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. Capítulo 9; ANDRADE, Nilton de Aquino. Planejamento Governamental para municípios. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008. AMORIM, Maria Salete Souza. Cidadania e Participação Democrática. II Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2007, Florianópolis- SC. BRAVO, Maria Inês Souza. Gestão Democrática na Saúde: o potencial dos conselhos. In: Política Social e Democracia – 3. Ed – São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro : UERJ, 2007. DEMO, Pedro. Participação é Conquista: noções de política social participativa. – 3.ed. – São Paulo: Cortez, 1996.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

GIACOMONI, James. Orçamento público. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2007. HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Introdução à Administração. 2. Ed. São Paulo: 8. ed. Atlas, 2009. MIEDZINSKI, João Cirilo. Planejamento empresarial: observado a teoria e construindo a pratica. São Paulo: Atlas, 2015. SANTOS, José Luiz; SCHMIDT Paulo; PINHEIRO Paulo Roberto; MARTINS, Marco Antônio. Fundamentos do orçamento empresarial. São Paulo. Atlas, 2008. SANVICENTE Antonio Zoratto; SANTOS, Celso Costa. Orçamento na administração de empresas: planejamento e controle. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

**PERIÓDICOS**

ARRUDA, Marina Patrício. KOCOUREK. Sheila. O Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente como Espaço de Construção de Cidadania. Revista texto & contextos, v. 7, n.1, Porto Alegre, 2008. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/3939/3203

| | | |
|---|---|---|
| **20** | **Trabalho de Conclusão de Curso** | **30** |

**APRESENTAÇÃO**

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

**OBJETIVO GERAL**

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

**REFERÊNCIA BÁSICA**

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

**REFERÊNCIA COMPLEMENTAR**

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

**PERIÓDICOS**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

## SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

A área da Contabilidade Pública tornou-se uma das mais valorizadas, pois, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, passou a ter mais importância e visibilidade na sociedade, que fez com que o profissional contábil que atua nessa área passasse a ter mais cuidado em relação às informações prestadas.